



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



HABEAS CORPUS Nº: 0204662-0 231
COMARCA: FLORESTA
VARA: ÚNICA
IMPETRANTE: JOÃO FRANCISCO CARMO
PACIENTE: JOSÉ MAGNO DE JESUS
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR: DR. ITABIRA DE BRITO FILHO

EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. CARTA PRECATÓRIA EXPEDIDA PARA OITIVA DE TESTEMUNHA DE DEFESA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Se o desfecho da instrução criminal depende da devolução de carta precatória expedida para oitiva de testemunha arrolada pela defesa, o retardo na instrução é por esta provocado, pelo que não há falar em constrangimento ilegal.

II – Ordem denegada, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus* nº **0204662-0**, em que figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em denegar a ordem**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto, devidamente assinado.

Recife, 3 de fevereiro de 2010.

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



232

HABEAS CORPUS Nº: 0204662-0
COMARCA: FLORESTA
VARA: ÚNICA
IMPETRANTE: JOÃO FRANCISCO CARMO
PACIENTE: JOSÉ MAGNO DE JESUS
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR: DR. ITABIRA DE BRITO FILHO

RELATÓRIO

João Francisco Carmo impetra o presente *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, em favor de **José Magno de Jesus**, indicando como autoridade coatora o Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca de Floresta.

Consta da inicial que o Paciente encontra-se preso em Salgueiro desde o dia 28/04/2009, portanto há mais de 210 (duzentos e dez) dias. Alega o Impetrante, então, que o Paciente está sofrendo constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo na formação da culpa.

A petição inicial, recebida primeiramente por fax, não veio instruída com quaisquer documentos.

O pedido de liminar foi indeferido às **fls. 11/12**.

A exordial, em sua via original, foi juntada às **fls. 16/18**, acompanhada dos documentos de **fls. 19/48**, sendo que, por equívoco, foi ela distribuída como se desse início a um processo autônomo, de modo que



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



233

o pedido de liminar foi novamente apreciado e, ao final, indeferido pelo Exmo. Des. Plantonista Antônio de Melo e Lima.

A referida falha foi, então, corrigida, consoante certidão de **fl. 55**, sem qualquer repercussão de ordem prática, tendo em vista que a segunda decisão veio em total consonância com aquela por mim prolatada.

Segue-se que a autoridade dita coatora prestou informações às **fls. 58/61**.

Alfim, a Procuradoria de Justiça apresentou Parecer às **fls. 65/66**, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 3 de fevereiro de 2010.

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



HABEAS CORPUS Nº: 0204662-0
COMARCA: FLORESTA
VARA: ÚNICA
IMPETRANTE: JOÃO FRANCISCO CARMO
PACIENTE: JOSÉ MAGNO DE JESUS
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR: DR. ITABIRA DE BRITO FILHO

VOTO

Conforme relatado, alega o Impetrante que o Paciente está sofrendo constrangimento ilegal, ao argumento de que está preso há mais de 210 (duzentos e dez dias) sem que a instrução criminal se tenha encerrado.

No entanto, infere-se das informações prestadas pela autoridade dita coatora que já foram colhidos os depoimentos de todas as testemunhas de acusação e de defesa residentes na Comarca de Floresta, bem como que o desfecho da instrução criminal depende tão somente da devolução de carta precatória expedida em agosto de 2009, com destino à Comarca de Fortaleza-CE, para oitiva de uma testemunha defensiva de que o patrono do Paciente não abre mão.

Nesse contexto, forçoso é concluir pela inexistência de qualquer constrangimento ilegal, tendo em vista que a demora para o encerramento do feito deve-se a ato próprio da defesa, ao contrário do que pretende fazer



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



235

crer o Impetrante no presente *writ*. A corroborar tal entendimento, veja-se o seguinte julgado da lavra do Supremo Tribunal Federal:

*"É firme a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal no sentido de que a alegação de constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo não pode ser aceita quando a demora se deve ao cumprimento das cartas precatórias expedidas para a oitiva das testemunhas pela defesa arroladas. Precedentes"*¹.

Diante do exposto, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 3 de fevereiro de 2010.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator

¹ STF, *Habeas Corpus* 95648/MT, Rel. Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, DJ 09/12/2008.